

# Começamos o ano sem orçamento. Mas as despesas não param de crescer.

O País começa 1990 com a inédita situação de, legalmente, não ter um orçamento, o que complica bastante a gestão dos negócios públicos nestes primeiros dias do ano. É que até sexta-feira o Palácio do Planalto não havia recebido o orçamento aprovado pelo Congresso, para sanção do presidente José Sarney. "Problemas técnicos" — foi a explicação recente do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Por enquanto, o governo se limita a emitir ordens de pagamento relativas aos "restos a pagar" de 1989 e que podem superar NCz\$ 10 bilhões apenas em janeiro. E o que é pior: embora legalmente não possa liberar nenhum recurso para 1990, o governo já inicia o ano com um déficit de caixa de pelo menos NCz\$ 25 bilhões. Isso porque em dezembro cerca de NCz\$ 30 bilhões em despesas deixaram de ser pagos, o que terá de ser feito agora. Além disso, existem despesas financeiras no valor de NCz\$ 25 bilhões no mês.

Técnicos do governo calculam que os gastos do Tesouro em dezembro devem ter chegado a NCz\$ 70 bilhões, para uma receita bruta de NCz\$ 45 bilhões. Desse



*Abreu: gastos preocupam.*

modo, o governo fechou o ano com um déficit de caixa de NCz\$ 25 bilhões, o que daria um acumulado de NCz\$ 79 bilhões em 1989. Esse resultado, provisório, representa 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB), calculado em NCz\$ 1,35 trilhão.

O ministro João Batista de Abreu não esconde sua preocupação com o resultado final das contas do ano passado, principalmente o déficit público operacional. O fechamento dos cálculos ainda depende das despesas com pessoal — NCz\$ 50 bilhões ao

ano —, dos encargos da dívida interna e ainda do IPC de janeiro, que será utilizado como deflator.

A meta estabelecida pela área econômica, de fechar o ano com um déficit de 3,9% do PIB, já está praticamente abandonada pelo Ministério do Planejamento, que acha impossível cumpri-la. Os técnicos que assessoram Mailson trabalham com a hipótese agora de cerca de 6% do PIB, contra 4,2% em 1988 e 5,6% de 1987.

O governo calcula uma receita bruta de NCz\$ 50 bilhões em janeiro, que já se mostra totalmente insuficiente. Pelo menos NCz\$ 25 bilhões serão utilizados para cobrir transferências constitucionais; o restante estará comprometido com custeio, investimento, restos a pagar e outras despesas. Não sobrá dinheiro para pagar o funcionalismo. Os NCz\$ 25 bilhões necessários para cobrir a folha dos servidores devem ser cobertos com a emissão líquida de títulos. Os gastos com pessoal vêm comprometendo 93% da receita disponível (após as transferências constitucionais, subsídios e incentivos), queixou-se, na semana passada, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.